

«Existe uma grande distância entre cidadãos e tribunais»

O coordenador do Observatório da Justiça disse hoje à Lusa que o relatório da SEDES sobre a descrença dos portugueses na Justiça confirma os estudos que tem feito e que mostram grande distância entre os cidadãos e os tribunais.

Descrédito e distância, disse Boaventura de Sousa Santos, que se agravam em tempos de crise económica, com a classe média afectada pela situação.

O responsável do Observatório, que funciona no Centro de Estudos Sociais (CES) da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, considerou que o estudo da Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (SEDES) “não traz resultados novos” e é consequência da maior visibilidade dos tribunais.

“Vários processos mediáticos, como os casos de pedofilia e corrupção, deram mais visibilidade ao sistema judicial e com isto são também mais visíveis os seus defeitos, deficiências e morosidade”, comentou.

Os estudos que o Observatório tem feito têm incidido sobre pessoas que tiveram algum contacto com o sistema judicial e sobre cidadãos que dele têm apenas a ideia que é veiculada pela Comunicação Social.

No primeiro caso são pessoas que experimentaram de facto o que disse serem as deficientes condições de funcionamento e que justificam o distanciamento dos cidadãos em relação à Justiça.

“No entanto, e apesar das queixas, os cidadãos têm dos juízes uma ideia de isenção e independência, capazes de tomarem decisões que são justas em si, mas que se tornam injustas pela grande morosidade em que são tomadas”, acentuou.

Como forma de eliminar esta distância, recordou que o Observatório já propôs a criação de um Instituto Público de Defensores, que já existe no Brasil, em que advogados estariam disponíveis para auxiliar e acompanhar os cidadãos que não possuem meios para aceder à Justiça.

No entanto, lamentou, essa proposta tem sido bloqueada pela Ordem dos Advogados.

Boaventura de Sousa Santos disse que algumas das reformas do Código Penal e do Código de Processo Penal contêm medidas que, se fossem aplicadas, contribuiriam para diminuir esse fosso.

Contudo, disse, “provavelmente por inércia”, não estão a ser aplicadas pelos juízes.

Outra forma de combater este descrédito na Justiça seria a adaptação dos sistemas informáticos de modo a permitir que o cidadão pudesse consultar, a cada momento, a situação em que se encontra o processo em que está envolvido.

O estudo da SEDES, denominado “A Qualidade da Democracia em Portugal: A Perspectiva dos Cidadãos”, indica que o descrédito da Justiça é considerado o maior problema da democracia, que os portugueses não acreditam num tratamento de igualdade entre pobres e ricos e sentem-se desmotivados a recorrer aos tribunais.